



## **ATA Nº 2/2015**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR**

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Carlos Jorge Coelho Neto nos termos do n.º 2 do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis e António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (em substituição), respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

#### **----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----**

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas do Presidente da Assembleia Municipal António Manuel Silva Arribança e dos deputados Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas dezoito horas e vinte minutos, verificando-se a existência de quórum (28 presenças), o Presidente da Assembleia em exercício deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

#### **----- Presidente da Assembleia Municipal -----**

----- Deu conhecimento da declaração de renúncia do mandato do Deputado Municipal João Luís Bispo Mota Bogalho apresentada a 23 de fevereiro de 2015 e, seguindo os procedimentos previstos no Regimento da Assembleia Municipal chamou o cidadão seguinte na lista da CDU para tomar posse apresentando os documentos de identificação, que leu o texto formal de posse e assinou (anexo 2). -----

#### **----- PONTO PRÉVIO -----**

#### **----- APROVAÇÃO DE ATAS -----**

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 1/2015 referente à sessão ordinária de 21 de fevereiro. -----



----- Aprovada a ata n.º 1/2015 por maioria dos presentes, com 25 votos a favor e 3 abstenções do Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Carlos Jorge Coelho Neto, e dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira e Maria Leonor Magalhães Fragoso (28 presenças). -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pela Primeira Secretária foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 3. -----

----- **PONTO PRÉVIO** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- O Presidente da Assembleia deu em seguida conhecimento que deu entrada na Mesa um voto de pesar proposto pelo Grupo Municipal do Partido Socialista (anexo 4), que foi lido pela Primeira Secretária. -----

----- Após a leitura do mesmo o Presidente da Mesa anunciou que o mesmo seria votado após as intervenções no período antes da ordem do dia e que, por se tratar de sessão marcada para depois das dezoito horas, seria agora dado início ao período de intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou as condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **Senhor Nuno Ferreira Lucas, Fonte da Bica – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Afirmou que a sua intervenção na Assembleia Municipal serve para deixar um comentário e informação aos seus membros. Disse trata-se de um assunto no qual se encontra envolvido há já bastante tempo e que diz respeito aos interesses diretos de Rio Maior, referindo-se em concreto às contrapartidas que deviam ter sido executadas, e que ainda não o foram, pela instalação da superfície comercial Continente. Continuou dizendo que há um processo e uma série de compromissos relativos àquela obra, compromissos que foram assumidos pelos promotores e aceites pela câmara, que existe também um protocolo específico que define quais as contrapartidas, concluindo dizendo que, no entanto, essas contrapartidas nunca foram executadas. Salientou ainda que, ao contrário daquilo que muitos querem fazer querer, o motivo mais forte que tem impedido essa execução tem sido, desde a primeira hora, a falta de



vontade dos promotores em fazer essa despesa. Considerou que não tem qualquer lógica, e que não é aceitável, é que os dirigentes políticos, os gestores, a Câmara tenha constantemente criado oportunidade para que isso aconteça e que, como tal, são cúmplices na não execução daqueles trabalhos e não estão a zelar pelo interesse público. Reforçou que existem um série de argumentos que se levantam não para arranjar solução mas para arranjar forma de a obra não acontecer, e que agora, continuando a sessão de atropelos, se entendeu desviar o caminho que estava projetado para a estrada e arranjar um novo sentido, o que, em seu entender, mais não serve do que para se continuar a arrastar o processo no tempo. Terminou dizendo que gostava muito de estar enganado e que em breve o novo caminho estivesse executado, independentemente do seu traçado, porque entende que Rio Maior não deve perder tudo isso. Por fim referiu as várias intervenções que tem feito nas reuniões de Câmara nesse sentido, onde não intervirá mais sobre o assunto por considerar que está tudo dito, e que agora o fez nesta assembleia por descargo de consciência pública, informando todos da situação e disponibilizando-se para qualquer esclarecimento ou informação sobre o processo que conhece bem e a bem do interesse de Rio Maior. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Referiu que não foi pedido nenhum esclarecimento mas que ainda assim não quis deixar de dizer que o assunto tem sido bastante discutido nas reuniões de Câmara e que se for necessário algum esclarecimento os serviços competentes da Câmara estão inteiramente disponíveis para o fazer. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Deputado Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto -----

----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----

----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----



----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Voltou a questionar se existe algum desenvolvimento no processo da numeração de polícia no Pé da Serra e em outras povoações onde ainda não há e sobre a situação do troço da Estrada Nacional 114, entre o Gato Preto e a Zona Industrial. -----

----- De seguida disso ter assistido, pela primeira vez como eleito da Assembleia Municipal, às comemorações do 25 de Abril e aproveitou para manifestar o seu descontentamento e desconforto por aquilo que ouviu, viu e viveu. Salientou a ausência de autarcas e eleitos e entristeceu-o ouvir, no discurso sobre este acontecimento histórico, uma ligação desta data às mocas de Rio Maior e às barricadas do 25 de Novembro. Disse que talvez ainda existam pessoas que não consigam perceber que, desta forma, se está a transmitir aos outros que as gentes riomaiorenses são violentas e antidemocráticas e que já é altura de se abandonar estes símbolos e deixar de os propagandear. Acrescentou ainda que está disponível para contribuir para uma mudança no modelo das comemorações, quer as oficiais quer as populares. -----

----- **Deputado Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para referir com bom grado a realização de mais um Prémio Internacional de Marcha que trouxe a Rio Maior não só atletas nacionais mas também internacionais e foi uma prova que integrou cerca de trezentos atletas, referindo ainda que a organização por parte da Desmor e da Câmara Municipal correu muito bem. Salientou que provas desta natureza devem ser sempre bem-vindas ao concelho, enaltecendo Rio Maior como Cidade do Desporto e levando o seu bom nome além fronteiras. -----

----- Endereçou também os parabéns ao Núcleo Sportinguista por se ter sagrado, mais uma vez, campeão distrital. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



----- Iniciou por se congratular pela colocação dos abrigos junto à antiga rodoviária, após a sua chamada de atenção numa das anteriores sessões e, por isso, agradeceu a atenção dada ao assunto. -----

----- Sobre o Grande Prémio de Marcha e as Tasquinhas 2015 disse que, em seu entender, correram muito bem e que é justo endereçar os parabéns a todos os envolvidos nestes eventos. -----

----- Acerca da iniciativa conjunta da Câmara Municipal e da Associação Empresarial “Rio Maior Cidade Florida” deixou os parabéns pela organização mas constatou que a cidade atualmente a cidade não tem flores ao contrário da maioria das cidades que apresentam sempre espaços floridos, dando um aspeto mais agradável a quem visita Rio Maior. -----

----- Voltou a referir que os acidentes na passadeira em frente à Pastelaria Belária continuam a acontecer por causa do ressalto existente no separador, especialmente a pessoas de idade que não conseguem distinguir o desnível existente. -----

----- Referiu ainda que gostaria de ter abordado ainda outro assunto mas que só hoje teve acesso à documentação que solicitou e, como tal, ficará para ser discutido em outra sessão. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por fazer notar três eventos desportivos, a 24ª edição do Grande Prémio Internacional de Marcha, o recorde nacional do Pedro Oliveira em 100 metros costas, que embora já não seja de nenhum clube do concelho durante muitos anos foi atleta do Clube de Natação de Rio Maior, e também o facto dos iniciados da footescola do Núcleo Sportinguista se terem tornado campeões nacionais a quatro jornadas do fim do campeonato, salientando que a aposta no desporto está a ter os seus frutos. -----

----- De seguida, referindo-se a uma recomendação apresentada pelo grupo municipal do Partido Socialista (PS) há um ano sobre o movimento contínuo de encerramento de valências e de serviços do Estado em áreas fundamentais para a vida das pessoas e em especial em territórios que são considerados territórios de baixa densidade, com todas as dificuldades que isso traz para as pessoas, especialmente às mais idosas. Apontou como exemplo serviços de saúde, de apoio social, de forças de segurança, na perda de valências e de encerramento de tribunais, ou seja, de um conjunto de serviços públicos que aproximavam o Estado português das pessoas e que eram sinónimos de qualidade de vida e de bem-estar. Continuou dizendo que estes são



agora cada vez mais são escassos e que foi nesse quadro que o PS apresentou a recomendação, que não foi aprovada, como forma de dar força ao executivo camarário para tentar, dentro do quadro legal das suas atribuições e competências, junto da administração central reforçar esta questão que, quanto ao PS, é essencial. Considerou que esta não é uma questão partidária, e sim uma questão decisiva para o futuro dos territórios e para o futuro das comunidades. Acrescentou que cada vez que o Estado se afasta e se vão perdendo estas valências, cada vez menos pessoas vêm para estes territórios dada a falta de qualidade provocando, assim, o afastamento do investimento. Terminou dizendo que para o PS esta é uma questão decisiva e questionou o executivo camarário acerca das diligências que tem feito para dar corpo a este sentimento e manifestar junto da administração central a sua preocupação deste movimento contínuo que se tem vindo a agudizar, nomeadamente a perda de valências do tribunal de Rio Maior. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referiu a uma questão levantada pela Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa na Assembleia Municipal anterior, sobre o eventual favorecimento da freguesia de Assentiz em relação à Vila da Marmeleira e lamentou que a mesma não tivesse estado presente na Assembleia de Freguesia de abril, onde foi apresentada e aprovada a prestação de contas de 2014, para aí fazer uma análise fundamentada do investimento das freguesias. Afirmou ainda que houve pouco investimento nas duas e que também a própria gostaria que tivesse sido mais. -----

----- Disse ainda que foi com muita alegria que este ano participou mais uma vez nas Tasquinhas e que estas correram muito bem uma maneira geral e em particular para a o Centro Recreativo e Cultural de Assentiz, do qual faz parte da direção. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Intervenção transcrita na íntegra devido ao seu conteúdo. -----

----- “Penso que devo uma explicação, que foi dada em devido tempo ao Senhor Presidente da Assembleia, mas a minha falta às comemorações do 25 de abril ficou-se a dever a motivos de ordem profissional, como sabem na minha profissão a gente trabalha todos os dias, seja ou não feriado. -----



----- Mas seja como for hoje gostaria aqui de tecer alguns considerandos sobre o meu 25 de Abril. Tinha eu doze anos quando aconteceu o 25 de Abril, mas eu só dei por isso quando tinha treze e dei por isso da forma mais violenta que pode haver porque foi quando, de repente, por vontade dos homens a história sepultou treze anos da minha vida e eliminou o meu projeto de vida, me atirando para Portugal, e cheguei cá estava o país em pleno PREC, 1975, e o país estava dividido entre duas legitimidades, a legitimidade chamada revolucionária e a chamada legitimidade democrática. Felizmente, em meu entender, impôs-se a legitimidade democrática. Apesar deste princípio trágico do meu 25 de Abril aprendi ao longo destes quarenta anos a perceber os valores do 25 de Abril e a propósito disso recordo um episódio, contado na primeira pessoa, um testemunho de um prisioneiro político num programa que penso que alguns terão tido oportunidade de ouvir sobre os Sons da memória, da Ana Aranha uma jornalista que fez, em que questionado sobre como é que ele considerava os outros prisioneiros, como ele, que estando sujeitos a tortura tinham cedido, e eu nunca hei-de esquecer isto porque ele disse “eles cederão e eu não cedi, mas estávamos ambos na mesma luta. Acho que só quem esteve sujeito a tortura pode perceber o que isso é”. Ele disse “eu só não aceito os que se passaram”, eu percebi o que ele quis dizer com isso. Mas isto, ao longo destes quarenta anos também aconteceu uma coisa, foi a nossa democracia cristalizou-se, cristalizou-se numa liturgia da representatividade, ou seja, são sempre os mesmos a proferir as homilias do costume e depois admiramo-nos de ter salas vazias, ou seja, se estamos numa democracia em que se pretende que a população participe, participar não é vir assistir e dizer os améns nos momentos que todos estão à espera que isso aconteça, portanto participar é pôr a “mão na massa”. E, neste sentido, eu também gostaria de dizer que nós já não podemos acrescentar nada ao 25 de Abril, nem podemos dizer nada que já não tenha sido dito, mas há uma coisa que nós podemos fazer, é promover os valores do 25 de Abril e eu gostaria de vos dizer que a liberdade conquistou-se, a igualdade é uma aprendizagem de vida e a solidariedade é para ser construída a cada dia. E é nesse sentido que eu gostaria de desafiar esta Assembleia e a Câmara, para o ano nós envolvêssemos a nossa comunidade e se envolvêssemos mais jovens do 1º e 2º ciclo era garantido que também iríamos envolver as famílias e que os desafiássemos a fazer um texto sobre o que é para eles o 25 de Abril e que esses textos fossem as nossas comemorações no próximo 25 de Abril.” -----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----





----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Questionou o executivo municipal sobre quantos utentes estão sem médico de família no concelho de Rio Maior e quantos extensões de saúde estão a funcionar em pleno no nosso concelho. Disse ainda que cada dia que passa o que sentimos é que a política do Governo só tem vindo a agravar e que se paga cada vez mais impostos mas que cada vez se é pior servido. Terminou dizendo que a saúde no concelho de Rio Maior está em estado de coma e que enquanto eleitos não podem continuar sem agir. Afirmou que a saúde é um direito constitucional e não pode ser negócio de milhões só para alguns. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que relativamente a algumas questões que gostaria de colocar, o irá fazer por escrito por se tornar mais eficaz e evitar prolongar mais os trabalhos da Assembleia. -----

----- No que se refere à questão da saúde disse tratar-se de um problema que tende a agravar-se e que a Coligação Democrática Unitária (CDU) não quer deixar cair, assim como acreditam que o executivo camarário também tem a noção da gravidade que ele representa, embora considere que nunca é demais falar na preocupação que este assunto representa para as pessoas de Rio Maior. Afirmou que em São João da Ribeira já não há médico de família, em outros lugares já não tinham e que em Rio Maior as coisas estão tragicamente mal. -----

----- Outra questão que referiu como preocupante para a CDU é a transferência de verbas para as freguesias e disse que gostaria de saber em que ponto é que está esta situação, qual é a disponibilidade financeira, qual é a previsibilidade das transferências para as freguesias vir a ter lugar na medida em que foi dada autorização para um empréstimo na última Assembleia Municipal de 2014 que visava também os pagamentos às juntas de freguesia e qual é o panorama para o ano de 2015. -----

----- Questionou também como está a situação financeira e as questões de tesouraria.-----

----- Para concluir esclareceu que não esteve presente na Assembleia de Freguesia de abril devido a problemas de saúde e que de facto aquela Assembleia teria sido mais interessante pese embora, pelo que soube, tenha sido bastante agradável e movimentada e, pegando nisso, voltou a pedir ao executivo camarário que seja





resolvido o problema de iluminação na Vila da Marmeleira e a substituição de luminárias naquela freguesia. -----

----- Fez ainda uma pequena nota relativamente às flores, dizendo que a Vila da Marmeleira era muito florida mas que, lamentavelmente, já não o é para seu pesar. Referiu que no entanto já se deparou em Rio Maior com situações de furto de flores nos espaços floridos que existem revelando que a população também não tem o comportamento saudável que deveria ter e lembrou ainda os custos que a manutenção e preservação que esses pequenos espaços têm devendo, também por isso, as pessoas terem a consciência cívica necessária. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Questionou o executivo de quando é que será dado seguimento à questão levantada pelo Vereador do PS, Daniel Pinto, e sobre a questão do complexo desportivo e da decisão tomada anteriormente, sobre as Unidades Móveis de Saúde no sentido de saber se ainda estão a ser usadas para os fins a que foram destinadas ou se há alguma alteração. -----

----- Referiu-se ainda ao Voto de Pesar apresentado dizendo que no seguimento daquilo que o Vereador do PS, Daniel Pinto, propôs em reunião de Câmara salientou a dimensão humanista e de carácter nacional, completamente transpartidário, do Professor Mariano Gago. Considerou ainda que é importante que se saiba a dimensão da sua importância na instalação da Escola de Desporto e a na vinda deste investimento de catorze milhões para Rio Maior. Disse que perante esta evidência este voto de pesar é justo e que deve honrar aqueles que nos ajudam a crescer. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à 30ª edição das Tasquinhas 2015 dizendo que, felizmente, o pessimismo instalado pela conjuntura nacional não se fundou sendo o saldo final do certame muito positivo, revelando que este é já um evento completamente solidificado no concelho de Rio Maior e projetado a nível nacional. Endereçou, por isso, os parabéns a todo o executivo camarário pelo seu esforço, deixando votos para que continuem a tentar os impossíveis no sentido de manter as Tasquinhas de Rio como uma boa realidade porque as gentes do concelho merecem. Salientou que os tempos modernos exigem inovação e que para o certame seria uma



mais-valia desde que integrada no seu contexto. Por fim deixou também os parabéns ao Dr. Armando Monteiro dizendo que com o seu conhecimento, experiência e a sua abnegação tem sido um bom braço direito neste evento. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Referindo-se às comemorações do 25 de Abril lamentou a ausência dos deputados municipais e dos presidentes de junta de freguesia nas mesmas porque considera que o poder autárquico local nasceu de um ato democrático desse dia e salientou que não está com nota a criticar nenhum grupo municipal em particular, mas todos no geral porque todas estiveram ausentes em grande número. Considerou que talvez seja tempo de repensar o modelo das comemorações, muito embora já se tenha tentado levar as mesmas para “a rua”, no jardim municipal, e também esse formato foi largamente criticado. Fez votos que para o ano as comemorações sejam muito mais participadas até por o ato o merece. -----

----- No que respeita às flores, disse concordar que são escassas, mas essa foi também uma opção constante do projeto de requalificação do jardim municipal elaborado em mandato anterior onde, afirmou, o Deputado Municipal João Vargas foi vereador. Recordou ainda que na altura da remodelação do jardim municipal a opção de um jardim sem flores foi, desde logo, muito criticada, nomeadamente pelos vereadores do PSD que na altura faziam parte do executivo municipal. -----

----- De seguida, questionou se a Presidente da Câmara possui alguns dados que possam ser prestados à Assembleia Municipal sobre as taxas de desemprego no concelho de Rio Maior. -----

----- Sobre o voto de pesar disse nada haver a opor da parte do grupo municipal da Coligação Juntos pelo Futuro (CJF) e disse que se fosse do acordo de todos os grupos municipais e membros da Assembleia Municipal que a mesma fosse apresentada como sendo da assembleia. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Comemorações do 25 de Abril: Acerca das suas declarações, aquando do seu discurso nas mesmas, e a referência feita à moca de Rio Maior e aos exemplos de tensão em situações vividas em Rio Maior no PREC (Período Revolucionário em Curso), disse que certamente, como a própria, todos são defensores de Abril e dos seus ideais e que por isso não se importarão, com certeza, de explicar porque é que sendo defensores de Abril, da democracia e da liberdade, e em particular o deputado municipal que se referiu ao assunto, querem usar o lápis azul da censura e impedir que se conte livremente a história do concelho de Rio Maior. Afirmou que a história não se apaga, deve usar-se para bem das gerações futuras e que nunca, nas funções que desempenha, tentará apagar ou branquear a verdade. Disse ainda que, como todos os membros da assembleia, também teve uso da palavra e que em nada contestou qualquer intervenção e que esse é precisamente o resultado das ações daqueles que, de forma corajosa, lutaram para quarenta e um anos depois se possa, de forma livre e responsável, assumir palavras e atos e ser legitimado por eleições livres em que a população é livre para decidir sobre a quem deve dar o seu voto de confiança. -----

----- Concordou que as comemorações terão que ser repensadas e que uma forma é efetivamente envolver as escolas preparando e passando a mensagem da liberdade e da democracia aos mais novos e consequentemente toda a população. -----

----- Numeração de polícia: Informou que o serviço de Trânsito e Toponímia já atribuiu os números de polícia na localidade de Pé da Serra, mas que existem ainda ruas sem nome naquela localidade porque não houve quórum para a realização da reunião da Comissão de Toponímia agendada. -----

----- Grande Prémio Internacional de Marcha: Informou que mais uma vez correu muito bem e que a confiança que a Federação Portuguesa de Atletismo deposita no concelho de Rio Maior é prova da capacidade instalada para organizar provas desta natureza. Salientou que estiveram representados vinte e um países e toda a logística que uma prova destas implica é complexa e trabalhosa, mas também muito gratificante. Notou ainda grande participação e o bom desempenho no campeonato nacional dos nossos atletas. -----



----- Núcleo Sportinguista: Sobre a vitória do campeonato distrital pelo Núcleo Sportinguista informou que a Câmara irá tomar posição que será publicitada e enviada os próprios. -----

----- Encerramento de serviços públicos: Esclareceu que os presidentes de Câmara que integram a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) sempre entendeu que em matéria de encerramento de serviços públicos teriam mais força no âmbito da comunidade do que isoladamente e assim foi em relação à situação dos tribunais. Disse que este processo não teve sucesso e a tutela sempre disse declaradamente que este era um processo irreversível, mesmo após várias tentativas conjuntas com outras entidades, como as delegações da Ordem dos Advogados. Relativamente a outros serviços públicos explicou que Segurança Social não fechou nem reduziu serviços, o IRN também não fechou nem reduziu serviços e o Espaço do Cidadão trouxe mais valências no que respeita ao atendimento ao cidadão. -----

----- Transferência de verbas para a juntas de freguesia: Informou que a 31 de janeiro de 2015 estava tudo transferido para as juntas de freguesia referente aos montantes de 2014 e os atrasos verificas, como a União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz foi devido à necessidade aprovação nos órgãos competentes do aditamento. Acerca das previsões para o ano corrente disse que foi realizada reunião com os presidentes de junta onde ficou agendada com cada um deles uma reunião para preparação do presente e do futuro. -----

----- Iluminação Pública: Informou que está agendada uma reunião com o responsável de zona da EDP para se discutir a eficiência energética e nesse âmbito a substituição das lâmpadas atuais por LED (light-emitting diode ou diodo emissor de luz). -----

----- Atribuição do nome ao Complexo Desportivo: Referiu que o assunto se encontra em desenvolvimento sendo abordado já em reunião de Câmara. -----

----- Voto de Pesar: Disse que o Vereador Daniel Pinto apresentou um voto na Câmara Municipal ao qual todo o executivo se associou e a própria em particular porque teve o privilégio de se relacionar com o Professor Mariano Gago pelas funções que exerce, profissionalmente, e também pessoalmente em visitas do próprio às Salinas de Rio Maior. -----

----- Saúde: Iniciou por esclarecer a situação das unidades móveis apresentando a avaliação feita pelo centro de saúde sobre o apoio realizado pelas mesmas no ano de 2014, que é o último relatório apresentado. Afirmou que as unidades estão em pleno funcionamento como o próprio Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria do Tejo o



admite, a sua integração nas unidades móveis domiciliárias da Unidade de Cuidos Continuados é uma mais-valia para toda a população servida. Reafirmou que a Câmara é que suporta todas as despesas inerentes a estes equipamentos mas todo o serviço é definido pelo centro de saúde através de critérios e planeamento estabelecido por aquela entidade. Informou que o concelho de Rio Maior conta com três unidades de saúde: Unidade de Cuidados Continuados (UCC), cuja área de influência abrange a totalidade do concelho; Unidade de Saúde Familiar (USF – Salinas de Rio Maior) que atualmente conta com cerca de nove mil utentes inscritos para quatro médicos, mantém o atendimento na sede da unidade dos utentes do ficheiro que estavam atribuídos ao Dr. Perdigão aposentado em 31 de janeiro de 2015 e que ia a São João da Ribeira; Unidade de Cuidados Personalizados (UCP), conta com treze mil quatrocentos e cinquenta e dois utentes inscritos dos quais oitocentos não são frequentadores, conta com dois médicos com ficheiro atribuído, um do quadro e outro colocado ao abrigo do acordo entre Portugal e Cuba, para atender nove mil quinhentas e noventa e oito utentes inscritos sem médico de família atribuído e ainda dois médicos prestadores de serviços que em média realizam trezentos e vinte horas de prestação médica mensal. Quanto ao atendimento complementar disse que qualquer utente se pode dirigir a esse atendimento dentro do seu horário de funcionamento. Deu conhecimento que o Vice-Presidente da ARSLVT visitou o centro de saúde de Rio Maior e que mais uma vez foi confrontado pelos responsáveis pelas unidades sobre esta situação e sobre a necessidade de intervenção na zona envolvente ao centro de saúde, que a câmara tem vindo minimamente a manter. Informou ainda que se encontra agendada reunião com o Secretário de Estado da Saúde para se tentar perceber o que poderá vir a ser feito no concelho de Rio Maior.---

----- Desemprego: De acordo com os dados do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) e do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) o desemprego no concelho de Rio Maior, tendo por base o número de população ativa (9988 pessoas) entre os 18 anos e os 65 anos, é de 7% (701 pessoas), sendo que se encontram em situação de desemprego de longa duração 281 pessoas e de desemprego jovem 78 pessoas até aos 25 anos. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Pede a palavra para solicitar, se possível, que lhe fizessem chegar o relatório das unidades móveis de saúde e questionou sobre quais as ações concretas que



estão a ser feitas no sentido de atribuir o nome ao Complexo Desportivo, já que esta é uma decisão já aprovada pelos executivos e ratificada em Câmara. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Admitiu que embora saiba que o processo está a decorrer desconhece as ações concretas e o momento preciso em que se encontra passando a palavra ao Vice-Presidente que está a acompanhar o processo. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que a situação se arrasta desde 1996, na altura a Câmara decidiu por unanimidade que o nome do Dr. Silvino Sequeira fosse atribuído ao Complexo Desportivo e depois a Assembleia Municipal aprovou igualmente a proposta. Tal não aconteceu ainda porque o visado, estando ainda na vida política ativa, considerou que seria pouco apropriado. Neste momento a decisão a tomar é quando será feito e qual o local a colocar, decisões que cabem ao executivo decidir em colaboração com a Comissão de Toponímia. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Esclareceu que, na sua intervenção, ao falar dos outros serviços não estava a falar exclusivamente de Rio Maior, estava a dar um panorama geral e lembrou que a resposta dada pela Presidente da Câmara foi exatamente a resposta que deu há um ano. Fez votos que daqui a um ano a resposta não seja a mesma. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Finalizadas as intervenções colocou a votação o Voto de Pesar apresentado e que passou a ser subscrito pela Assembleia (anexo 5). -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de José Mariano Gago (anexo 5)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- Foi, neste momento, feito um minuto de silêncio em memória do falecido. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 6)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----



----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Proposta de Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos urbanos-**

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que a proposta esteve a consulta pública, foram dados contributos por duas entidades, Defesa do Consumir (DECO) e Entidade Reguladora Dos Serviços de Águas e de Resíduos (ERSAR), sendo a proposta final submetida pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que, como a CDU tem vindo a afirmar, não parece haver qualquer dúvida sobre o facto de a água ser um elemento essencial à vida, pelo que não é indiferente considerar se e o setor da água é dominado pelo Estado ou pelas Autarquias, a quem cabe garantir os direitos dos cidadãos e assumir o princípio da solidariedade, a defesa do ambiente e a qualidade de vida das populações, ou se é dominado por empresas privadas que têm como primeiro objetivo o lucro e a maximização desse lucro. Continuou dizendo que o papel determinante da autonomia do poder local tem que ser realçado e defendido através da intervenção direta das suas autarquias na defesa da administração e da gestão pública da água ao serviço das populações e do país apontando alternativas à chamada reestruturação do setor das águas e medidas afins apresentadas muito recentemente. Disse ainda que deve ser promovido o esclarecimento das populações e entidades sobre a consequência dessa reestruturação arranjanado alternativas que respeitem a autonomia do poder local, em defesa da água pública contra quaisquer objetivos de privatização e desenvolver a concretização de um projeto de resistência e oposição que recuse esta forma de reestruturação, exigindo o cumprimento dos acordos de adesão e a vontade e deliberação dos municípios. Considerou ainda que os municípios devem ser incentivados ao desenvolvimento da gestão municipal dos sistemas de água e saneamento, a boas práticas de gestão das redes visando a sua melhoria e eficiência, a eliminação das perdas, etc., com vista a assegurar a sua sustentabilidade financeira e social. Afirmou que devem ser tomadas medidas de desenvolvimento do setor e que a Associação Nacional de Municípios Portugueses deve desenvolver todas as ações





ao seu alcance para impedir a aprovação de decretos-lei relativos a fusões, na defesa intransigente das populações, do serviço público da água e do saneamento e da autonomia. Nesse sentido disse que a CDU entende que a proposta de regulamento não é mais que compilar num documento todos os regulamentos que estavam dispersos, bem elaborado e que irá facilitar a atuação dos técnicos, as solicitações dos utentes e o controlo da qualidade das águas e do serviço de saneamento básico e recolha dos resíduos urbanos. Contudo, deixou bem claro que o regulamento não resolve, por si só, quaisquer dos graves problemas existentes no concelho e no país, quanto à questão da privatização da água. Referiu que no concelho há ainda muito para fazer na questão da água, substituição de condutas, funcionamento das ETAR's, em particular a da Vila da Marmeleira, redução das perdas de água e renegociações dos contratos com a Águas do Oeste, situação que mais tarde ou mais cedo tem que ser revista por se tratar de um acordo que é nocivo para Rio Maior. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Interveio apenas para agradecer a todos aqueles que participaram e contribuíram para a elaboração da proposta apresentada. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Ponto II – Taxa Municipal de Direitos de Passagem** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que à semelhança do que aconteceu já no anterior executivo propõe-se a não fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2015. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou por dizer que esta era uma taxa que há já muitos anos considerava injusta e que não caberia aos munícipes pagá-la e que dada a pequena representatividade desta no orçamento se trata de um pequeno sinal que deve ser dado. Indicou o sentido de voto do grupo municipal da CJF como favorável. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse que a Presidente da Câmara não tem que estar preocupada com as receitas da Câmara porque estas, contrariamente aos rendimentos dos munícipes de Rio Maior, têm subido. Afirmou que de facto esta taxa não faz nenhum sentido e muito



menos que seja suportada por quem usa e não por empresas que têm lucros enormes.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Ponto III – Prestação de Contas 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e salientou alguns dos números do exercício de 2014, começando pelas taxas de execução orçamental da receita que atingiu 75,28% e da despesa 78,89%. Congratulou-se pelo facto do atual executivo continuar a cumprir com o princípio de equilíbrio orçamental consagrado na lei das finanças locais, conseguindo na execução orçamental gerar uma poupança corrente de dois milhões novecentos e setenta e quatro mil e cinquenta e quatro euros, aproximadamente, necessária para financiar as elevadas despesas de capital, geradas pelos elevados valores dos empréstimos bancários de outros tempos. Disse que se pode também constatar que o valor global do endividamento municipal de cifrou no final do exercício em cerca dezoito milhões, diminuindo a dívida em um milhão trezentos e setenta e um mil e cento e vinte e quatro euros face a 2013. Salientou que, no entanto, a contabilização da contribuição obrigatória da autarquia para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) leva a que a verba final se reduza para setecentos e sessenta e nove mil euros, aproximadamente, contribuição essa que teve que ser contabilizada na totalidade no exercício de 2014. Referiu que foram ainda assim realizados investimentos para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do concelho, nomeadamente o centro escolar de Fráguas, e a concretização de outros projetos contantes do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes. Reconheceu que existem ainda problemas graves que se refletem nas contas municipais como sejam os contratos com a Águas do Oeste ou o protocolo da delegação de competências na área da educação. Afirmou que ainda assim o executivo, a autarquia e os colaboradores estão dispostos a dar o seu melhor para, num trabalho conjunto, trazer para Rio Maior os investimentos necessários ao concelho a serem financiados no âmbito do novo quadro comunitário. Terminou agradecendo a todos os que estiveram na génese da elaboração do documento, pela sua clareza e transparência na forma como está apresentado, a todos os colaboradores da autarquia a quem reconhece a vontade e a capacidade de continuarem a fazer o seu melhor em prol da autarquia e dos munícipes de Rio Maior



e a todos os vereadores que a acompanham na Câmara Municipal, sem distinção política ou partidária, pois todos eles têm demonstrado que o que rege a sua participação no executivo municipal é apenas o superior interesse dos riomaiorenses.--

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por se congratular pelo excelente trabalho de execução do documento da prestação de contas enquanto expressão direta da capacidade técnica dos trabalhadores da câmara municipal. Relativamente ao documento em si mesmo e à questão política, porque é assim que ela tem que ser vista, afirmou que é feita uma análise de prestação de contas que a CDU considera que resulta de anos anteriores. Esclareceu que faz esta referência porque, não obstante se considerar que a execução de receita e despesa pudesse ser outra, a verdade é que há dezanove milhões de dívida em juros e custos da mesma, o que revela um cenário difícil de dois milhões e duzentos mil por ano em custos da dívida e seis mil euros por dia e que resultam essencialmente da governação PS. Referiu ainda que para além disso a situação agravou-se com a contribuição para o FAM, esse já da responsabilidade do PSD/CDS. Salientou que em tempos de necessidade, muito embora o investimento seja necessário, tem que haver uma mudança de paradigma da coisa pública e a autarquia devia sair do dilema em que se encontra e apostar mais, nos próximos anos, numa política fiscal que seja mais atrativa para as empresas e para as famílias porque, em seu entender, só dessa forma se pode conseguir fixar essas mesmas empresas, criar emprego e aumentar as receitas. Disse que a CDU considera que se deveria talvez apostar e jogar no magistério das influências para que as empresas que não têm sede em Rio Maior a pudessem transferir para cá e exigir a regulamentação da lei aplicável aos municípios produtores de inertes de forma a haver mais justiça na distribuição dos encargos. Indicou que o sentido de voto do grupo municipal não pode ser favorável pelo facto de representar uma opção política e uma maneira de gerir plasmada no relatório, na qual a CDU não se revê e pelo facto das transferências para as juntas de freguesia relativamente a 2014 não ter sido efetuada nesse mesmo ano, salientando que estas devem ser a maior prioridade da gestão municipal. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Começou por dizer que não deixa de ser *sui generis* verificar que a CDU em algumas autarquias, nomeadamente naquelas em que o PS pode ser alternativa, ache que reduzir a dívida à custa dos munícipes é algo positivo, apontando que o PS não



pode deixar de sorrir perante esta aliança CDU/CJF. Afirmou que só pode ser alvo de críticas por aquilo que por ventura foi menos bem feito quem faz alguma coisa. Relativamente à prestação de contas afirmou que aquilo que é facto é a despesa substancial que a Câmara tem é com pessoal, fruto das situações da lei geral essas despesas foram mais ou menos na ordem dos 30% do vencimento dos funcionários, e a despesa com pessoal foi menos 0,3%. Salientou que estas são as coisas que são política e que o que realmente interessa não é se a dívida é de dois milhões seis mil e vinte e sete por dia, mas sim saber que 0,3% foi quanto a câmara poupou reduzindo pessoal e aceitando uma revisão disfuncional de uma câmara, e que contando que mais de 25% foram cortes com funcionários, a câmara está a gastar, pelo menos, 25% a mais com custos de pessoal, proporcionalmente. Prosseguiu dizendo que a dívida era efetivamente de vinte e um milhões, mas que esses vinte e um milhões representam uma Escola Superior de Desporto de Rio Maior, um cineteatro, um pavilhão multiusos, arruamentos, edifícios da câmara, ou seja, a diferença do Rio Maior antes do PS na autarquia e de Rio Maior depois do PS na autarquia e acrescentou que estas contas são de facto muito importantes porque representam o mandato inteiro de coligação PSD/CDS antes deste e zero de investimento, à exceção do centro escolar de Fráguas, que por sinal já tinha sido uma candidatura começada no executivo anterior e que foi feito com 90% de investimento, e bem, porque, em seu entender, essa coisa de que a dívida é um problema leva a uma irracionalidade tal que, neste momento, o Governo quer fiscalizar a oposição. Indicou o sentido de voto do grupo municipal do PS como abstenção e disse que é bom que as pessoas saibam que em custos de pessoal a câmara está proporcionalmente a gastar mais 25% mesmo com a diminuição de ordenados e pessoas. Relativamente ao FAM disse que este foi um instrumento criado para resolver o problema da dívida do FMI e não das autarquias, que é um instrumento para resolver o problema aos grandes financiadores internacionais, afirmando que era isto que a CDU devia dizer. Concluiu questionando a Presidente da Câmara sobre o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), lembrando que disse na última assembleia que a dívida tinha aumentado duzentos mil euros a fornecedores entre fevereiro de 2014 e fevereiro de 2015, verificando também que em junho de 2014 se esgotou o pagamento do PAEL, e que, por isso, gostaria de saber o que é que vai acontecer à dívida a fornecedores em junho de 2015 e em novembro de 2015. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----



----- Começou por evidenciar a qualidade do documento e continuou dizendo que não pode deixar de comentar algumas questões levantadas referindo que os números apresentados, embora tenha sido dito na intervenção anterior que eram irrelevantes, são o mais importante num documento de prestação de contas, sejam eles ao preciosismo ou arredondados. Reforçou que apesar das contingências económicas este executivo conseguiu reduzir a dívida e ainda assim fazer alguma obra, e embora todos desejem que muita mais seja feita para o concelho, o executivo acima de tudo, a realidade é que não pode. Referindo-se à dívida que veio dos executivos PS não há como escamotear, ela está feita e há que ser paga e não há como voltar atrás. Disse que é evidente que esta trouxe mais-valias ao concelho mas que ainda assim se calhar poderia haver outro tipo de políticas. Referiu o trabalho feito pelo executivo na contenção económica, na clareza de contas durante todo o trabalho que teve, nada fácil, e ainda conseguir uma diminuição da dívida de um milhão e trezentos mil euros aproximadamente, é notável, salientando ainda que efetivamente seis mil euros por dia para pagamento de dívida custa bastante na gestão da autarquia. Quanto ao centro escolar da Fráguas esclareceu que existiam efetivamente três centros escolares previstos na carta educativa mas que não havia ainda sequer projeto e que, como tal, a execução pertence inteiramente ao executivo anterior e ao atual. Para finalizar endereçou os parabéns a todos pela execução e realização do documento apresentado para discussão e indicou o sentido de voto do grupo municipal da CJP como favorável. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Interveio para fazer alguns reparos dizendo que em relação ao FAM existem autarquias que já estão a beneficiar dele incluindo no distrito de Santarém e que o estão a utilizar inclusive para pagar vencimentos e outras despesas imediatas. Relativamente às taxas de execução disse não estar satisfeita com o resultado e acrescentou que para o ano de 2015 obrigatoriamente as taxas de execução têm que ser de pelo menos 85%, caso contrário a autarquia será penalizada nas transferências do Orçamento de Estado, assim como com a situação do pagamento a fornecedores é uma obrigatoriedade ser a noventa dias sob pena de sofrer a mesma penalização. Relativamente à situação enunciada de junho de 2015 e novembro de 2015 disse que a gestão é feita de acordo com a receita e que é evidente que a câmara as vai tendo ao longo do ano para poder fazer face aos encargos nomeadamente com os seus fornecedores. Quanto à disparidade entre fevereiro de 2014 e fevereiro de 2015 disse



que na primeira altura existiam um conjunto de obras a decorrer no concelho dependentes de fundos comunitários e que os atrasos a fornecedores estavam diretamente relacionados com os atrasos nas transferências dos fundos comunitários. Ainda relativamente à despesa e aos encargos ao longo dos anos informou que ainda se continua a pagar os bairros sociais construídos, e bem, em 1989 e que não há como esconder esta e todas as outras dívidas existentes e há que as saber gerir. Disse ainda que a dívida existente não era de vinte e um milhões mas sim de vinte e seis milhões e que as taxas de execução da presente prestação de contas refletem a situação de não haver receita igual à despesa porque se assim fosse seguramente as taxas de execução seriam de 100%. Concluiu dizendo que atualmente o cumprimento da legislação é incontornável e condicionador da gestão e acrescentou que o ano de 2015 será ainda mais difícil porque para além do estrangulamento legal, a transição entre quadros comunitários também leva à ausência dos fundos que representam receita para investimento, e que, por isso, há que ter a capacidade e a inteligência para se conseguir ultrapassar esta fase. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Interveio para esclarecer que quando falou do FAM e disse que não tinha a ver com as autarquias não estava a ser ignorante e estava a dizer que é um instrumento político criado por este Governo e por Miguel Relvas para cortar a liberdade ao poder local, porque não existe esse despesismo mirabolante que o Governo quis fazer ver. Disse ainda que este relatório de contas prova que quando foi votado o orçamento, altura em que disse que havia condições para não fixar na taxa máxima do IMI e o que se prova é que as receitas subiram para manter a taxa 0,4%, embora houvesse condições para descer e na derrama também, e havia porque a receita aumentou e vai aumentar muito mais este ano porque as cláusulas de salvaguarda vão modificar-se e os períodos de isenção também vão acabar e, por isso, em seu entender, as receitas vão subir muito e é obrigação da autarquia saber fazer essas provisões e disse ainda que havia condições para fazer atração de investimento. Repetiu que as despesas em pessoal baixaram no orçamento da Câmara 0,3% e os ordenados dos trabalhadores baixaram 25%, portanto as despesas com pessoal, comparativamente, subiram e muito e não por causa dos vencimentos, e considerou que isso deve ser explicado às pessoas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----





----- Explicou que a taxa máxima do IMI ainda é 0,5% e o município de Rio Maior fixou a taxa em 0,4% e que o aumento nas despesas de pessoal se ficou a dever ao facto de os subsídios de férias que em 2013 não existiram e que em 2014 foram repostos. Acrescentou que é verdade que houve redução de pessoal durante o mandato anterior, em 2010 com a reestruturação efetuada e posteriormente com a redução de dirigente imposta pela lei. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** com 19 votos a favor e 10 abstenções dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Manuel da Silva Moreira, Jacinto Madeira Correia, Filipe Vicente Martins, João Figueiredo Vargas Lopes, Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Suzana Margarida dos Santos Candeias, Paulo Manuel Santos Colaço e o Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira (29 presenças). ----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Não subscrevendo algumas das orientações e opções políticas deste executivo, a análise que me é possível fazer deste documento de prestação de contas permite-me verificar que ele é coerente com o orçamento apresentado e votei a favor por uma questão de honestidade intelectual.” -----

----- **Ponto IV – 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano 2015** ----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que esta se deve ao FAM e ao prolongamento desta medida ao longo dos anos até 2021. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou a intervenção por dizer que a bancada da CDU não reconhece ao PS qualquer legitimidade para lhe dar lições de moral e muito menos lições de moral sobre quem crítica e luta contra políticas de direita, porque não há ninguém em Portugal que lute mais contra as políticas de direita do que a CDU e o Partido Comunista Português. Continuou dizendo que não se incomoda minimamente aquilo que é dito acerca da história da união com o PSD porque as pessoas não sabem fazer uma distinção entre o que é as pessoas serem amigas, serem educadas e saberem dar-se e aquilo que são as questões políticas. Considerou que estarem permanentemente a atingir a honra da CDU com afirmações furtivas é despropositado e ofensivo. -----





----- Relativamente ao ponto a discussão indicou o sentido de voto do grupo municipal da CDU como abstenção porque muito embora sendo frontalmente contra o FAM esta questão interliga-se diretamente e tem consequências diretas no acesso aos fundos comunitários, e que, como tal, a CDU sempre tem demonstrado que a sua postura não se fica pela denúncia, pela contestação ou pelo protesto, tentando também, quando é necessário, minimizar os impactos negativos das políticas do PSD e do CDS no concelho de Rio Maior e para o bem-estar das populações. Concluiu dizendo que perante este cenário entenderam abster-se porque outra posição política, a ser tomada, seria prejudicial para as populações. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** com 16 votos a favor, 4 votos contra dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Manuel da Silva Moreira, Jacinto Madeira Correia, Filipe Vicente Martins e 5 abstenções dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Suzana Margarida dos Santos Candeias, Paulo Manuel Santos Colaço, o Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira e Rui Miguel da Costa e Silva (25 presenças). ----

----- **Ponto V – Declaração de Interesse Público Municipal em nome de Sociedade Panificadora Costa e Ferreira, Lda** -----

----- A Presidente da Câmara deu a palavra ao Vice-Presidente por se tratar de matéria acompanhada pelo próprio. O Vice-Presidente apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, acrescentando que este é mais um assunto para deliberar ao abrigo do regime excepcional de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Salientou a sua surpresa ao ver discutida este tipo de declaração de interesse municipal e por este tipo de procedimento se poder vir a tornar normal, manifestando as suas preocupações e reservas em relação ao mesmo. Afirmou que somos herdeiros de um património arquitetónico, cultural e natural que deve ser cuidado, preservado e, quando chegar a altura, entregue àqueles que sucederem, no melhor



estado e da mesma forma que o recebemos. Disse ainda que existem normas que devem ser cumpridas por todos sem exceção, até por aqueles que aspiram ser exemplares ou motores de desenvolvimento da nossa comunidade, e que não lhe parece que este *modus operandi* que pedem para viabilizar, esteja de acordo com o ordenamento do território e entende, por isso, que não pode fazer parte dessa desordem em nome do único interesse alegado, com o qual não concorda porque há empresas com instalações legais no concelho e dessa forma encontram sustentabilidade própria e da comunidade para o futuro. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que se trata de um assunto delicado e que efetivamente existe legislação própria para permitir a regularização de empresas que ao nível de projeto e de localização tinham licenças provisórias de funcionamento, sendo nesse âmbito que este assunto é apresentado. Acerca da proposta disse que se verifica que a empresa reúne todas as condições formalmente exigidas para que possa ver a sua legalização formalizada mas disse também que a CDU não pode deixar de enquadrar a empresa na realidade que ela tem enquanto empresa, onde os trabalhadores são tratados mal, onde a entidade patronal não tem qualquer consideração pelas pessoas, onde as condições fragilizadas das pessoas são imensas, completamente escravizadas, situações como descontar dos ordenados valores que não se recebem ou mesmo rendas de casas descontadas automaticamente desconhecendo qual o contrato de arrendamento feito porque é a entidade patronal que o faz, ou seja, uma diversidade de situações de diversa natureza e graves que se interligam com a dificuldade que hoje existe em arranjar emprego. Mais acrescentou que, apesar disso, a realidade é que se esta empresa existe como é porque alguém permitiu que existisse e instalar-se e até considerar a pessoa em causa a melhor empresária do ano e esse alguém foi o PS, mas não só, também o IAPMEI que em 2014/2015 disse que a empresa era exemplar. Apelou para que, pese embora a proposta ir ser aprovada e a CDU não querer por em causa postos de trabalho, o tecido empresarial e o aumento de empresas no concelho e, por isso, ir votar favoravelmente a proposta, que seja tido em consideração todo o conjunto de situações desagradáveis que existem naquela empresa para que o assunto possa ter atenção especial e esta empresa possa vir a ser monitorizada pela Inspeção Geral do Trabalho, que deveria ter aqui um papel mais ativo, porque as relações de trabalho naquela empresa são de facto muito preocupantes. -----



----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Disse que a sua intervenção se trata de manter a coerência com a posição que tomou anteriormente em relação a outra proposta desta natureza e reafirmou que não é com conforto que voto este ponto porque como disse em ocasião anterior não concorda com este tipo de licenciamento “mata-borrão”, em que num momento está tudo mal e a partir de um outro momento fica tudo bem. Considerou que aquilo que é pedido à Assembleia Municipal é uma responsabilidade grande e demonstrou algum desagrado com a legislação porque atropela os municípios, sendo certo, no entanto, que a única coisa que o município vai legalizar é o edificado, aligeirando, de alguma forma, as decisões que forem tomadas e porque todos os outros requisitos legais continuam a ter entidades competentes para os fiscalizar. Continuou dizendo que por isso, e não querendo desresponsabilizar-se, considerou que se todas as instituições a jusante da Câmara e da Assembleia Municipal trabalharem não será por esta aprovação que serão cometidas atrocidades. Relativamente ao transmitido na intervenção anterior, que de alguma forma também já ouviu de outras pessoas, considerou que pode ser grave, mas que a verdade é que não tem o direito de ajuizar e querer penalizar com este não licenciamento algumas falhas que ocorram em outros capítulos. Concluiu que perante isso e àquilo que lhes é pedido acredita que a Assembleia deverá, obviamente na consciência de cada um, votar favoravelmente com a ressalva de que apenas se está a licenciar o edificado. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Interveio, como fez em anterior ocasião num assunto da mesma natureza, para se pronunciar relativamente à documentação apresentada pela empresa dizendo, desde logo, que perante os documentos apresentados há que reconhecer um avanço relativamente à anterior proposta, a primeira a ser presente à Assembleia Municipal. Continuou dizendo que de forma irrefutável são apresentados dados relativamente a número de postos de trabalho, ao volume de negócios, à promoção do produto em Portugal e no estrangeiro, sustentado com listagens exaustivas de clientes. Recordou ainda que a própria venda de um produto a que se chama “Pão de Rio Maior” promove o concelho por todo o país e também no estrangeiro, e isso, em seu entender, é um serviço que é prestado a todo o Município porque com o pão vai também o nome de Rio Maior agora reconhecido por todos pela existência do pão de Rio Maior, que até



nem tinha qualquer tradição especialmente digna de nota, por comparação com outras, na produção de pão. Considerou, por isso, que de facto está ser feito um serviço público na divulgação do concelho, aliado à comprovada apresentação do número de postos de trabalho, não obstante as práticas laborais conforme apontadas em anterior intervenção, situação para a qual existem lugares próprios para tratar disso, se esse for o caso. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse ser conhecida a sua posição em relação à banalização do interesse público municipal e, em face disso, independentemente do sentido de voto dos restantes membros do grupo municipal, o próprio irá votar contra. Justificou que o seu sentido de voto dizendo que conhece em pormenor muitos dos factos que foram apontados em intervenção anterior e ditou que ele próprio e o PS estarão dispostos, no recato que é necessário, a ajudar a combater os atropelos que acontecem a pessoas que estão completamente fragilizadas. Continuou dizendo que a Deputada Antónia Corrêa não o disse mas ele próprio pode apontar exemplos de situações em pessoas tiram férias em casos de acidente de trabalho e situações em que alguns dos empregados foram facilmente orientados a perder um contrato de trabalho para ficar com um contrato de prestação de serviços. Esclareceu que a marca pão de Rio Maior não pode ser registada, tal como o sal de Rio Maior, porque ninguém pode ser dono destas designações, e lamentou que numa lógica de se mandarem responsabilidades para baixo se vão atirando para uns quaisquer distraídos da Assembleia Municipal a situação de declarar o interesse municipal. Afirmou que o interesse municipal é muito importante, que foram efetivamente elencadas pelo Deputado António Figueiredo algumas coisas que são de facto de interesse municipal, mas que nem sequer é isso que está aqui refletido no relatório, porque o relatório diz aponta para uma coisa que não corresponde à realidade, que é a criação de postos de trabalho em função das suas necessidades, e bem, dizendo que o PS é favorável às empresas e à iniciativa privada que permite que as pessoas criem postos de trabalho e extingam postos de trabalho quando deixam de ter necessidades. Disse que, no entanto, há uma coisa que tem a certeza, não são empresários desta índole que são capazes de manter algum posto de trabalho quando tiverem o mínimo de responsabilidades, e que, por isso, ficaria com grande peso na consciência se se abstivesse neste ponto. Afirmou o seu voto contra reiterou a situação de que não se pode dar o benefício da dúvida a prevaricadores, e ainda que tem sérias dúvidas que baldios não tenham sido



usurpados por aquelas normas, que o muro da Estrada D. Maria, algo que a todos devia, foi destruído e ainda que desde que esta lei apareceu se aumentou o tipo de construção que se fez nos últimos tempos. Concluiu dizendo que isto não é sério, não é bom para Rio Maior e não honra a Assembleia Municipal de Rio Maior aprovar coisas destas. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Interveio para esclarecer que, relativamente ao que foi mencionado acerca da sua própria intervenção, de facto não se podem certificar nomes de terras, não se pode certificar o nome do uso comum mas que efetivamente o que estava a falar não é confundível com esse tipo de certificação, e aquilo a que se referia era ao facto de um produto usar, sem necessidade, a designação Rio Maior, acrescentando que anteriormente à sua expansão o uso do nome de pão associado a Rio maior não tinha qualquer valor comercial. Disse ainda que provavelmente o Deputado António Moreira não está a ver o que é a perspectiva nacional e que a mais-valia que existe neste momento é de facto devido a esta empresa, tal como é indiscutível que Rio Maior é conhecido no campo da salsichas pela Carnes Nobre. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse que parece haver uma divergência mas não há, só há um posicionamento etnocêntrico porque o Deputado António Figueiredo nasceu, cresceu e vive em Rio Maior e quando diz que não há nenhuma tradição no pão de Rio Maior esquece-se que quando as pessoas vinham do Norte para Lisboa paravam em Rio Maior para comprar pão, sendo verdade que Magirus já o fazia. Terminou dizendo que de facto essa é uma mais-valia que qualquer empresário só pode usar se lhe traz retorno e há várias maneiras de fazer promoções de marcas. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou por dizer que faz suas as palavras do Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior quanto ao conteúdo da sua intervenção. Relativamente aos factos aqui trazidos quer pela Deputada Antónia Corrêa quer pelo Deputado António Moreira disse desconhecer por completo as situações mencionadas e que, de qualquer das formas também não compete à Câmara Municipal verificar essas situações, para isso existem instituições que poderão fiscalizar essas irregularidades ou ilegalidades e desconformidades que eventualmente possam existir. Relativamente à questão do interesse público municipal disse ser verdade que há que ser cauteloso e também, como disse o Deputado António Moreira, há que ter algum cuidado com a banalização



do interesse público municipal. Continuou dizendo que esta é uma posição já conhecida porque estas situações do interesse público municipal não são um assunto novo a trazer a estas assembleias e que, para quem se recorde ou ande nisto há mais anos, há-de lembrar-se que já outros assuntos desta natureza anteriormente foram presentes à assembleia municipal. Estranhou o facto de o Deputado António Moreira ter indicado o sentido de voto como contra, porque em situação anterior, para a mesma empresa, votou favoravelmente conforme consta da ata n.º 6 de 7 de outubro de 2009 e das suas declarações aí inscritas. Acrescentou que não acha estranho que se mude de opinião, o que considera estranho é que a mudança se faça quando o vento sopra da direita ou da esquerda. Concluiu reiterando que faz suas as palavras do Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Dirigindo-se à Deputada Carla Dias agradeceu a lembrança, lamentou que tenha acontecido e lamentou também que a intervenção da bancada da CJP seja uma intervenção sua em 2009 em vez do ponto a discussão. Disse ainda que durante vários anos houve várias situações destas e as suas intervenções foram sempre abstenção ou contra e que não tem presente agora qual é que foi a situação na circunstância apresentada, mas tem a certeza que foi a partir de 2009 que se fez o avanço em termos de obras na empresa. Acrescentou que, embora não tenha a certeza, acha que o ponto em 2009 se referia a um arruamento. Afirmou ainda que se alguns dos deputados municipais acham que o facto de ter dito em 2009 que se deveria ter cuidado justifica que haja trabalhadores transportados como porcos em Rio Maior e se deve assistir ao embarque de cidadãos de nacionalidade estrangeira no centro de Rio Maior para as carrinhas às 7 da tarde para trabalharem durante a noite, e que isso é justificação para dar azo ao interesse público municipal, fica com a consciência de cada um. Lamentou se de facto se enganou quando votou a favor em 2009. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Lembrou que a situação citada não foi a única que o Deputado António Moreira votou favoravelmente como é disso prova a ata de 30 de junho de 2009. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por dizer que é normal em política e qualquer pessoa mudar de opinião e que isso não deve chocar ninguém, porque a democracia é assim mesmo, e há que assumir o que se disse. Esclareceu que efetivamente o que está em causa em





situações desta natureza e a emissão desta declaração, se for esse o entendimento da Assembleia Municipal, é apenas no sentido da legalização do edificado. Acrescentou que esta empresa começou nos anos 90, contrariamente ao dito pelo Deputado António Moreira, quando foi elaborado o primeiro Plano Diretor Municipal em 1995, por lapso dos serviços não foi englobada aquela área para a ocupação que apresentava, razão pela qual se trata de uma situação que se arrasta há mais de vinte anos, independentemente de quaisquer outros problemas que possam existir no funcionamento da empresa. Acrescentou que certo é que para o bem ou para o mal esta empresa é conhecida a nível nacional e internacional e considerou que compete a todos, executivo e assembleia municipal, declarar se é ou não de interesse municipal.-

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 16 votos a favor, 3 votos contra dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira, Rui Miguel da Costa e Silva e Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e 6 abstenções dos Deputados Municipais Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto, João Figueiredo Vargas Lopes, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Filipe Vicente Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira e o Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões (25 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- “Como já fiz em relação ao anterior pedido de declaração de interesse público municipal, absteve-me nesta votação. Acho que não é tolerável que a falta de capacidade do legislador em desburocratizar licenciamentos, os procedimentos para a criação de negócio, instalação de empresas e por esta via desenvolver a economia, opte por encapotar as amnistias ou perdões para quem não cumpriu as regras criadas por esses mesmos legisladores, por isso, a minha abstenção nada tem a ver com a empresa em questão, mas apenas e tão só com a forma deste procedimento de legalização de instalações e este voto servirá para todos os pedidos de declaração de interesse municipal que venham daí para a frente.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu absteve-me neste ponto, tenho votado todos os pontos a favor, mas penso que, quer o executivo quer nós todos, os deputados, temos uma responsabilidade aqui. Isto começa a tomar proporções muito grandes, ou seja, começar a aparecer





várias situações destas e a responsabilidade é nossa, nós estamos aqui eleitos, somos nós que temos que resolver o problema e por aquilo que vamos ouvindo de uns e outros é uma preocupação de todos. Não vou inviabilizar esta situação, fui sempre a favor, hoje, por tudo o que foi dito aqui, a realidade que todos nós conhecemos, alguns não quiseram falar mais nada, mas são realidades e vão aparecer outras de outra origem e portanto nós, só quero dizer o seguinte, não vou inviabilizar, abster-me, a situação vai passar, mas nós se calhar temos todos que pensar um bocadinho nisto, não sei como, qual a solução, é uma lei, nós temos que cumprir, mas é complicado porque vão aparecer aqui situações muito complicadas, nós vamos estar aqui, pensamos que estamos todos do mesmo lado e andamos aqui a criar problemas uns com os outros numa situação que não é nossa, que nos impuseram. Temos que pensar neste assunto. Só quero deixar este alerta.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu gostava apenas de reiterar que voto contra por considerar que a empresa não respeita o código que é exigível ao funcionamento de uma empresa, o código ético, pelo menos, que é exigível, esse tenho a certeza que não respeita, a uma empresa do século XXI. Mas se me permite Senhor Presidente não posso deixar de me penalizar, porque de facto há ali uma situação que votei a favor e eu acho que em quase todas me abster, nestas duas a situação da Parapedra era completamente diferente destas e esta eu não sei qual é que era, porque é que eu votei favoravelmente, mas não foi de certeza por expandirem e deitarem o muro abaixo como fizeram desta vez e o que eu acho mesmo interessante é que a ironia do destino é muito interessante, porque o que acho mesmo interessante é a preocupação do senhor vice-presidente falar nas mudanças de opinião e de 2009 e 2014, num assunto destes. Há uma coisa que eu sei, é que as minhas convicções políticas e o meu lado não mudaram.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (25 presenças). -----

----- **ENCERRAMENTO** -----



----- Quando eram vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** \_\_\_\_\_

----- **A PRIMEIRA SECRETÁRIA:** \_\_\_\_\_

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** \_\_\_\_\_